



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA
ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

008. PROVA OBJETIVA

CONTROLADOR INTERNO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **10**.

Psiquiatras em pé de guerra

Os psiquiatras americanos estão em pé de guerra, e o motivo é Donald Trump, mais especificamente seu estado mental.

Já durante a campanha eleitoral, alguns profissionais de saúde mental diziam que Trump não batia bem. Depois da posse e dos primeiros “tweets”^{*} presidenciais, essas vozes se multiplicaram e culminaram, em outubro, na publicação de *The Dangerous Case of Donald Trump* (O perigoso caso de Donald Trump), volume organizado pela psiquiatra Bandy Lee, no qual profissionais de saúde, advogados e jornalistas tentam mostrar que o presidente não estaria apto a exercer suas funções. Os textos trazem considerações interessantes e muita informação, mas não dá para ignorar que a obra é acima de tudo política.

O problema é que a Associação Psiquiátrica Americana (APA) tem, desde 73, uma diretriz, conhecida como regra Goldwater, que autoriza profissionais a dividir com o público seu conhecimento técnico, mas considera antiético que deem opinião sobre pessoas que não tenham examinado. A regra foi reforçada em 2017. A ideia é evitar diagnósticos pela TV, bem como tornar mais robusta a separação entre psiquiatria e política.

Os autores da obra sobre Trump estão cientes da norma. Ela é objeto de longo debate na parte dois do livro. O que alegam é que, por vezes, a obrigação do médico de alertar a comunidade para riscos que ela corre prevalece sobre a privacidade. Se o médico desconfia de que seu paciente psicótico planeja assassinar alguém, precisa alertar a vítima potencial, mesmo que isso implique violação do sigilo profissional.

A discussão é boa, e ambos os lados têm argumentos. Penso que, em teoria, a necessidade de se fazer um alerta sobre a saúde mental de pacientes sobrepuja a regra Goldwater. Mas seria preciso encontrar um modo de reduzir um pouco as investidas políticas dos psiquiatras. Se deixarmos que a prática médica e a política se misturem, é quase certo que a medicina sairá perdendo.

* tweet: mensagem enviada pela rede social Twitter.

(Hélio Schwartzman. *Folha de S.Paulo*, 21.01.2018. Adaptado)

- 01.** Conforme o texto, o conflito em que estão envolvidos os profissionais de saúde mental americanos se deve
- (A) à divulgação, pela imprensa, de informações sobre a saúde mental do presidente Donald Trump, extraídas de um estudo ainda em andamento.
 - (B) ao debate quanto ao direito desses profissionais de levar a público seu conhecimento e à questão ética de se manifestar sobre casos que não examinaram.
 - (C) à disputa entre jornalistas e advogados, favoráveis e contrários à publicação do livro sobre Donald Trump, sem levar em conta a opinião dos psiquiatras.
 - (D) à tentativa de advogados e de jornalistas de desacreditar o trabalho organizado pela psiquiatra Bandy Lee, por considerá-lo essencialmente político.
 - (E) ao fato de o trabalho desenvolvido por esses profissionais não ter convencido jornalistas de que Donald Trump tem a saúde mental comprometida.
- 02.** O trecho do texto em que o autor aponta o que considera ser um aspecto negativo da obra *The Dangerous Case of Donald Trump* é:
- (A) Os psiquiatras americanos estão em pé de guerra, e o motivo é Donald Trump, mais especificamente seu estado mental.
 - (B) Já durante a campanha eleitoral, alguns profissionais de saúde mental diziam que Trump não batia bem.
 - (C) ... essas vozes se multiplicaram e culminaram, em outubro, na publicação de *The Dangerous Case of Donald Trump*...
 - (D) ... profissionais de saúde, advogados e jornalistas tentam mostrar que o presidente não estaria apto a exercer suas funções.
 - (E) Os textos trazem considerações interessantes e muita informação, mas não dá para ignorar que a obra é acima de tudo política.
- 03.** Na opinião do autor manifestada no último parágrafo do texto,
- (A) os argumentos por trás da regra Goldwater, que autoriza tornar público conhecimento técnico, são insipientes.
 - (B) o sigilo profissional deve prevalecer sobre eventual necessidade de se alertar sobre a saúde mental de pacientes.
 - (C) os que defendem a necessidade de se alertar sobre a saúde mental de pacientes o fazem por motivação política.
 - (D) a prática médica deve permanecer alheia às questões políticas, sob o risco de prejuízo para a medicina.
 - (E) a crença de que a medicina pode ter influência sobre questões políticas é ingênua e precisa ser combatida.

04. Na frase do penúltimo parágrafo do texto "... mesmo que **isso** implique violação do sigilo profissional.", o termo em destaque refere-se

- (A) ao conhecimento da norma pelos autores da obra.
- (B) ao longo debate na parte dois do livro.
- (C) à colocação da privacidade em primeiro plano.
- (D) à desconfiança do médico quanto à intenção do paciente.
- (E) à atitude de alertar a vítima em potencial.

05. Assinale a alternativa em que o trecho da frase em destaque expressa uma condição para que um evento possa se realizar.

- (A) **Depois da posse e dos primeiros "tweets" presidenciais**, essas vozes se multiplicaram...
- (B) O problema é que a Associação Psiquiátrica Americana (APA) tem, **desde 73**, uma diretriz...
- (C) ... autoriza profissionais a dividir com o público seu conhecimento técnico, **mas considera antiético que deem opinião**...
- (D) A ideia é evitar diagnósticos pela TV, **bem como tornar mais robusta a separação entre psiquiatria e política**.
- (E) **Se o médico desconfia de que seu paciente psicótico planeja assassinar alguém**, precisa alertar a vítima potencial...

Considere o seguinte trecho do texto, para responder às questões de números 06 a 08.

- A regra foi reforçada em 2017. A ideia é evitar diagnósticos **pela TV**, bem como tornar mais **robusta** a separação entre psiquiatria e política.

06. O termo **robusta**, em destaque no trecho, pode ser corretamente substituído, sem prejuízo de sentido ao texto, por:

- (A) intermediária.
- (B) intermitente.
- (C) sólida.
- (D) presumível.
- (E) aplicável.

07. O termo em destaque na frase "A ideia é evitar diagnósticos **pela TV**..." expressa ideia de

- (A) meio.
- (B) modo.
- (C) causa.
- (D) direção.
- (E) finalidade.

08. Assinale a alternativa em que a reescrita do trecho está de acordo com a norma-padrão de pontuação e conserva o sentido original do texto.

- (A) Reforçada em 2017 a ideia da regra, é evitar diagnósticos pela TV, bem como tornar mais robusta, a separação entre psiquiatria e política.
- (B) A regra, cuja ideia é evitar diagnósticos pela TV, bem como tornar mais robusta a separação entre psiquiatria e política, foi reforçada em 2017.
- (C) Foi reforçada em 2017, a regra que tem, a finalidade de evitar diagnósticos pela TV, bem como tornar mais robusta a separação entre psiquiatria e política.
- (D) Em 2017, foi reforçada a regra cuja ideia, é evitar diagnósticos pela TV, bem como tornar mais robusta a separação entre psiquiatria e política.
- (E) A regra que tem a finalidade, de evitar diagnósticos pela TV, bem como tornar mais robusta a separação entre psiquiatria e política foi reforçada, em 2017.

09. Caracteriza-se pelo emprego de palavra ou expressão em sentido figurado a seguinte passagem do texto:

- (A) Já durante a campanha eleitoral, alguns profissionais de saúde mental diziam que Trump não batia bem.
- (B) ... advogados e jornalistas tentam mostrar que o presidente não estaria apto a exercer suas funções.
- (C) ... considera antiético que deem opinião sobre pessoas que não tenham examinado.
- (D) Os autores da obra sobre Trump estão cientes da norma.
- (E) ... a obrigação do médico de alertar a comunidade para riscos que ela corre prevalece sobre a privacidade.

10. Considere o seguinte trecho, escrito a partir do texto.

_____ pela psiquiatra Bandy Lee, a obra traz um longo e instigante debate sobre a suficiência ou não dos argumentos _____ para tentar impedir que _____ opiniões sobre o estado de saúde mental de pacientes por profissional de saúde que não _____ tenha examinado.

De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, as lacunas devem ser preenchidas, correta e respectivamente, com:

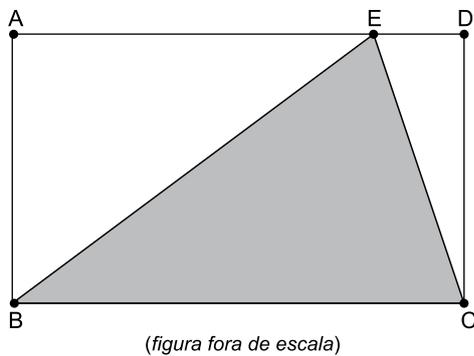
- (A) Organizada ... existente ... seja divulgada ... os
- (B) Organizado ... existentes ... sejam divulgados ... o
- (C) Organizada ... existentes ... sejam divulgadas ... os
- (D) Organizado ... existente ... sejam divulgadas ... os
- (E) Organizada ... existentes ... seja divulgado ... o

11. Em uma empresa, no Dia da Secretária, cada secretária comprou uma flor para cada outra secretária, sendo que nenhuma delas comprou flor para si mesma. Três diretoras compraram, cada uma, duas flores para cada secretária. A presidente da empresa comprou onze flores para apenas uma secretária. Se no total foram compradas 137 flores, o número de secretárias dessa empresa é divisor de
- (A) 123.
 - (B) 256.
 - (C) 384.
 - (D) 459.
 - (E) 660.
12. André, Bernardo e Carlos organizaram as pastas contidas em três arquivos, A, B e C. André organizava 14 pastas por vez do arquivo A, Bernardo organizava 18 pastas por vez do arquivo B, e Carlos organizava 24 pastas por vez do arquivo C. Se cada um desses rapazes organizou o mesmo número de pastas, a quantidade total de pastas organizadas pelos 3 funcionários é, no mínimo,
- (A) 756.
 - (B) 1512.
 - (C) 2268.
 - (D) 3024.
 - (E) 3780.
13. Um laboratório possui vários frascos de misturas de água e álcool. As misturas do tipo A contêm 30% de álcool, as do tipo B contêm 40% de álcool, e as do tipo C contêm 75% de álcool. Para preparar 12 litros de uma mistura de água e álcool contendo 55% de álcool, serão misturados um certo volume da mistura do tipo A, com o triplo desse volume da mistura do tipo B, com um certo volume da mistura do tipo C, em litros. O volume da mistura do tipo C que foi misturado está compreendido entre
- (A) 3,1 e 4,0 litros.
 - (B) 4,1 e 5,0 litros.
 - (C) 5,1 e 6,0 litros.
 - (D) 6,1 e 7,0 litros.
 - (E) 7,1 e 8,0 litros.

14. Para a realização de uma atividade em um congresso, os 235 participantes foram divididos em grupos com 2 homens e 5 mulheres ou grupos com 3 mulheres e 5 homens. O número de grupos com 8 participantes excedeu o número de grupos com 7 participantes em 5, logo a diferença entre o número de mulheres e o de homens participantes é
- (A) 3.
(B) 4.
(C) 5.
(D) 6.
(E) 7.
15. Uma empresa produz 20 cadeiras por dia, usando a mão de obra de 3 homens quaisquer. Essa empresa precisa produzir 240 cadeiras em três dias e, para isso, contou com 4 homens por dia, nos dois primeiros dias. Para finalizar o pedido no terceiro dia, o total de homens que precisam trabalhar na produção é
- (A) 16.
(B) 19.
(C) 22.
(D) 25.
(E) 28.
16. André jogou 5 partidas de bolinha de gude. Na primeira, ele perdeu 4 bolinhas; na segunda, ele perdeu dois terços das bolinhas que ainda tinha; na terceira, ele ganhou 2 bolinhas; na quarta, ele perdeu um sexto das bolinhas que ainda tinha; e, na quinta partida, ele ganhou 15 bolinhas. Em relação ao número de bolinhas que André tinha antes do primeiro jogo, ele perdeu 74 bolinhas. Logo, ao fim do último jogo, André ficou com um número de bolinhas que é múltiplo de
- (A) 3.
(B) 5.
(C) 7.
(D) 11.
(E) 13.
17. A média aritmética simples dos salários de 30 funcionários de uma empresa era R\$ 1.610,00. Esses funcionários tiveram um aumento em seus salários de maneira que os que recebiam R\$ 1.500,00 ou mais tiveram um acréscimo de R\$ 20,00, e os que recebiam menos de R\$ 1.500,00 tiveram um acréscimo de R\$ 50,00. Após esse reajuste, a média dos salários dos 30 funcionários passou a ser R\$ 1.641,00; logo o número de funcionários que tiveram um aumento de R\$ 50,00 é um número entre
- (A) 25 e 30.
(B) 19 e 24.
(C) 13 e 18.
(D) 7 e 12.
(E) 1 e 6.

18. Ricardo possui 230 notas, entre notas de R\$ 2,00, R\$ 5,00 e R\$ 10,00, tendo pelo menos uma nota de cada um desses valores. Se, ao todo, essas notas totalizam R\$ 500,00, o número de notas de R\$ 10,00 que Ricardo possui é
- (A) 2.
(B) 3.
(C) 4.
(D) 5.
(E) 6.

19. Um ponto E pertence ao lado de um retângulo ABCD, formando o triângulo BCE, de área 40 cm^2 , conforme mostra a figura.



Se a área do triângulo ABE é o quádruplo da área do triângulo CDE, e sendo $AB = 5 \text{ cm}$, então a medida, em cm, do segmento ED é

- (A) 1,8.
(B) 2,4.
(C) 3,2.
(D) 4,0.
(E) 4,6.
20. Um paralelepípedo é formado por paredes muito finas e tem em seu interior certo volume de água. Quando o paralelepípedo é apoiado sobre a face de menor área, a altura da água atinge 8 cm. Quando o paralelepípedo é apoiado sobre a face de maior área, a altura da água atinge 3 cm. Se a menor aresta desse paralelepípedo mede 12 cm, a sua maior aresta mede, em cm,
- (A) 16.
(B) 21.
(C) 24.
(D) 27.
(E) 32.

LEGISLAÇÃO

21. Nos termos da Lei Complementar Municipal nº 17/2001, ao entrar em exercício, o funcionário nomeado e empossado em cargo de provimento efetivo sob o regime da referida lei ficará sujeito a estágio probatório por período de 3 (três) anos, durante o qual sua aptidão e capacidade serão, sistematicamente, objetos de avaliação para o desempenho do cargo, observados, entre outros, os seguintes fatores:

- (A) pontualidade, capacidade e eficácia.
- (B) responsabilidade, liderança e efetividade.
- (C) assiduidade, disciplina e iniciativa.
- (D) responsabilidade, idoneidade moral e engajamento.
- (E) iniciativa, eficiência e liderança.

22. Considere a seguinte situação hipotética.

Analista Previdenciário X, responsável pelo controle de ponto, tem atribuído, constantemente, frequência para agentes públicos faltosos, cujo ponto deveria fiscalizar. Analista Previdenciário Y, que trabalha na mesma repartição que o Analista Previdenciário X, é assíduo e frequente, mas percebe que X está praticando tal conduta irregular.

Diante do previsto no Estatuto dos Servidores do Município de Paulínia, é correto afirmar que

- (A) o Analista Previdenciário X não está sujeito à punição pela conduta por ele praticada, pois não houve ação dolosa de lesão aos cofres públicos que causasse danos ao patrimônio do município.
- (B) o Analista Previdenciário Y está sujeito à pena de suspensão, com perda da remuneração, que poderá ser fixada pelo prazo de 30 (trinta) a 60 (sessenta) dias, de acordo com seus antecedentes.
- (C) o Analista Previdenciário X está sujeito à pena de suspensão, com perda da remuneração, que poderá ser fixada pelo prazo de 30 (trinta) a 90 (noventa) dias, de acordo com seus antecedentes.
- (D) o Analista Previdenciário X está sujeito à punição, enquanto o Analista Previdenciário Y não, pois não cometeu falta disciplinar, já que é dever do funcionário guardar sigilo sobre assunto da repartição.
- (E) o Analista Previdenciário Y está sujeito à pena de advertência, por escrito, caso não leve ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades praticadas pelo Analista Previdenciário X.

23. De acordo com as definições da Lei Complementar Municipal nº 18/2001, são segurados obrigatórios

- (A) os funcionários públicos titulares de cargos efetivos vinculados à administração direta, autárquica e fundacional.
- (B) os funcionários ocupantes, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- (C) os funcionários ocupantes, exclusivamente, de emprego público, de caráter definitivo ou temporário.
- (D) os funcionários que, na data em que a lei entrou em vigor, tenham implementado os requisitos necessários à sua concessão.
- (E) os funcionários públicos titulares de cargos efetivos vinculados à administração direta, que estejam na ativa, ainda que recebam, por outro fundamento, benefício da Previdência Nacional (INSS).

24. Consideram-se beneficiários do regime de previdência social de que trata a Lei Complementar Municipal nº 18/2001, na condição de dependentes do segurado:

- (A) o companheiro ou a companheira homossexual de servidor ou servidora, exigindo a lei, nestes casos, a comprovação da dependência econômica.
- (B) o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de dezoito anos ou inválido, cuja dependência econômica é presumida pela referida lei.
- (C) o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de dezoito anos ou inválido, cuja dependência econômica é presumida pela referida lei.
- (D) os pais, biológicos, adotivos ou socioafetivos, cuja dependência econômica é presumida pela referida lei.
- (E) o cônjuge, a companheira ou o companheiro, exigindo a lei, nestes casos, a comprovação da dependência econômica.

25. A respeito da aposentadoria por invalidez, prevista na Lei Complementar Municipal nº 18/2001, é correto afirmar que

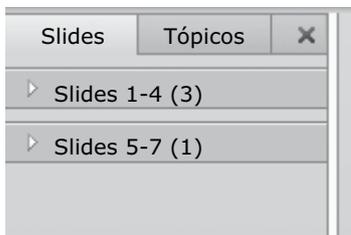
- (A) a aposentadoria por invalidez será precedida de licença para tratamento de saúde, por período não excedente a 12 (doze) meses.
- (B) não estando em condições de reassumir o cargo ou de ser readaptado, o funcionário será colocado em disponibilidade, na qual permanecerá por 24 (vinte e quatro) meses, quando poderá ser aposentado por invalidez.
- (C) a aposentadoria por invalidez vigorará a partir da data em que for exarado despacho reconhecendo a incapacidade laboral.
- (D) o lapso compreendido entre a data de término da licença para tratamento de saúde e a data de publicação do ato da aposentadoria por invalidez será considerado como de prorrogação da licença.
- (E) a aposentadoria por invalidez será automática e declarada por ato, com vigência a partir do dia em que for declarada a incapacidade laboral do funcionário.

26. A imagem a seguir foi retirada do Windows Explorer, do MS-Windows 7, em sua configuração padrão.



Assinale a alternativa que apresenta o número correspondente à pasta que, em seu conteúdo, possui pelo menos outra pasta.

- (A) 1.
 (B) 2.
 (C) 3.
 (D) 4.
 (E) 5.
27. Um recurso que agiliza a edição de documentos no MS-Word 2010, em sua configuração padrão, é a inserção de trechos de conteúdo reutilizável como título, autor e outros campos e propriedades do documento.
- Tal recurso está disponível no grupo Texto da guia Inserir e é chamado de
- (A) Partes Rápidas.
 (B) Caixa de Texto.
 (C) Cabeçalho / Rodapé.
 (D) Hiperlink.
 (E) Legenda.
28. A imagem a seguir foi retirada de uma apresentação de slides sendo preparada por meio do MS-PowerPoint 2010, em sua configuração padrão.



Pela imagem, é possível compreender que o número de slides contidos na apresentação é

- (A) 1.
 (B) 3.
 (C) 4.
 (D) 5.
 (E) 7.

29. A planilha a seguir, sendo editada por meio do MS-Excel 2010, em sua configuração padrão, representa as contribuições previdenciárias de um cidadão, iniciadas em 1995. Considere que a planilha possui centenas de linhas seguindo o padrão exibido, e que cada linha mostra o valor da contribuição (coluna C) para um determinado mês (coluna B) de um ano específico (coluna A). O caractere # indica que, no respectivo mês, não houve contribuição.

	A	B	C
1	Ano	Mês	Contribuição
2	1995	1	#
3	1995	2	200
4	1995	3	300
5	1995	4	190
6	1995	5	#
7	1995	6	460

Assinale a alternativa que apresenta a fórmula que poderá ser utilizada por um analista previdenciário que deseja contar o número de meses em que foi feita alguma contribuição.

- (A) =SOMA(C:C)
 (B) =CONTAR.VAZIO(C:C)
 (C) =CONT.SE(C:C;"#")
 (D) =CONT.NÚM(C:C)
 (E) =CONT.VALORES(C:C)
30. A imagem a seguir, utilizada no Google Chrome, em sua configuração padrão, representa o modo de navegação anônimo.



Assinale a alternativa que apresenta o atalho por teclado que permite abrir uma janela em modo de navegação anônimo.

- (A) Ctrl + N
 (B) Shift + T
 (C) Shift + N
 (D) Ctrl + Shift + T
 (E) Ctrl + Shift + N

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

31. Em um determinado julgado, o Supremo Tribunal Federal – STF afirmou que “a destinação de verbas públicas para o custeio de evento cultural tipicamente privado, sem amparo no regime jurídico-administrativo, traduz-se em favorecimento a segmento social determinado, incompatível, portanto, com o interesse público e com os preceitos constitucionais...”.

Os princípios constitucionais que regem a Administração Pública e aos quais a afirmação do STF se refere são:

- (A) publicidade e impessoalidade.
- (B) legalidade e moralidade administrativa.
- (C) impessoalidade e moralidade administrativa.
- (D) impessoalidade e eficiência.
- (E) publicidade e moralidade administrativa.

32. Se a Administração Pública considerar que determinado serviço público deve ser prestado de forma indireta, a delegação poderá ser efetuada por meio de

- (A) permissão, que constitui ato administrativo discricionário e não contrato.
- (B) autorização, que possui natureza contratual explícita de contrato de adesão.
- (C) concessão, que poderá ser firmada com pessoa física ou jurídica.
- (D) autorização, que sempre deverá ser precedida de licitação na modalidade pregão.
- (E) concessão, que sempre deverá ser precedida de licitação na modalidade concorrência.

33. Suponha que o Município de Paulínia decide construir um Hospital Municipal de Urgências, para integrar o Sistema Único de Saúde, e o valor estimado da obra a ser contratada é de R\$ 1.600.000,00. A licitação, neste caso, pode se dar

- (A) pelo Regime Diferenciado de Contratações Públicas.
- (B) por Leilão.
- (C) por Convite.
- (D) por Tomada de Preços.
- (E) por Concurso.

34. Considere a seguinte situação hipotética:

O Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia - PAULÍNIA PREVI contratou uma determinada empresa terceirizada, a empresa X, para realizar a limpeza das dependências do Instituto, após esta ter sido vencedora de licitação. Passados três meses da contratação, constata-se que os serviços estão sendo prestados a contento, mas que, na realidade, todos os serviços são prestados pela empresa Y, que foi contratada pela empresa X.

Neste caso, é correto afirmar que

- (A) não há nenhum vício na subcontratação, porque esta é permitida pela legislação, desde que haja entre as empresas X e Y um contrato em que se preveja que a empresa X manterá as responsabilidades legais e contratuais perante a PAULÍNIA PREVI.
- (B) há um vício sanável, porque os contratos administrativos permitem subcontratação total ou parcial, desde que haja autorização do Poder Público, então basta que o Instituto convalide o ato praticado pela empresa X.
- (C) não há nenhum vício, pois os contratos administrativos não possuem caráter pessoal já que não é possível aferir condições de contratação em uma licitação.
- (D) há um vício, porque os contratos administrativos são pessoais ou *intuitu personae*, não podendo o contratado livremente repassar a terceiros a execução do contrato.
- (E) há um vício sanável, bastando que a PAULÍNIA PREVI notifique a empresa X para cessar a prática de subcontratação e passe, imediatamente, a executar o contrato diretamente.

35. O ato administrativo considerado apto a produzir efeitos, não dependendo de nenhum evento posterior, como, por exemplo, termo, condição, aprovação ou autorização, é classificado como ato

- (A) pendente.
- (B) eficaz.
- (C) perfeito.
- (D) exaurido.
- (E) simples.

36. O agente público que está investido na posição de superior pode tomar medidas concretas de controle, como a manutenção dos atos válidos, convenientes e oportunos, a convalidação de atos com defeitos sanáveis, a anulação de atos ilegais e a revogação de atos discricionários inoportunos ou inconvenientes. Tais medidas são tomadas no exercício do poder

- (A) hierárquico.
- (B) disciplinar.
- (C) de polícia.
- (D) vinculado.
- (E) discricionário.

37. O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que exerce o controle externo sobre o Município de Paulínia e, consequentemente, sobre a PAULIPREV, caracteriza-se por

- (A) pertencer e integrar o Poder Judiciário, na qualidade de órgão colegiado.
- (B) estar subordinado hierarquicamente ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.
- (C) ser instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado.
- (D) julgar as contas do Prefeito Municipal de Paulínia.
- (E) não decidir com definitividade o direito aplicável a um caso concreto litigioso.

38. Considere a seguinte situação hipotética:

Controlador Interno da PAULIPREV verifica que um agente público desse Instituto de Previdência está concedendo benefícios de aposentadoria fraudulentamente, em nome de pessoas já falecidas, que em momento algum foram agentes públicos, causando grande prejuízo ao Erário.

Diante disso, para que o Controlador Interno não seja responsabilizado solidariamente pelas irregularidades constatadas, a Constituição Federal prevê que ele deverá dar ciência de tais irregularidades

- (A) ao Tribunal de Contas.
- (B) ao Ministério Público.
- (C) à Polícia Civil.
- (D) ao Prefeito Municipal.
- (E) ao Poder Judiciário.

39. Sobre o objetivo e o alcance da auditoria de demonstrações contábeis, é correto afirmar que

- (A) o objetivo da auditoria é confirmar que as informações apresentadas pelos administradores nas demonstrações financeiras são verdadeiras, sem espaço para dúvidas.
- (B) o objetivo da auditoria é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários, mediante a expressão de uma opinião pelo auditor.
- (C) a auditoria das demonstrações contábeis exime de responsabilidades a administração ou os responsáveis pela governança da entidade auditada.
- (D) as normas brasileiras aplicáveis aos trabalhos de auditoria exigem, como base para a opinião do auditor, que ele obtenha segurança absoluta de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção relevante.
- (E) a maioria das evidências de auditoria em que o auditor baseia suas conclusões e sua opinião é de natureza conclusiva e não persuasiva.

40. “Julgamentos sobre a materialidade são estabelecidos levando-se em consideração as circunstâncias envolvidas e são afetados pela percepção que o auditor tem das necessidades dos usuários das demonstrações contábeis e pelo tamanho ou natureza de uma distorção, ou por uma combinação de ambos.”

(NBC-TA 200 (R1))

Esse texto está ligado ao conceito fundamental de materialidade, a respeito do qual é correto afirmar que

- (A) em geral, as distorções, inclusive as omissões, são consideradas relevantes se for razoável esperar que, individual ou conjuntamente, elas influenciem as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações contábeis.
- (B) a opinião do auditor considera as demonstrações contábeis em todas as suas partes e, portanto, o auditor é responsável pela detecção de distorções, ainda que não sejam relevantes para as demonstrações contábeis como um todo.
- (C) é aplicado pelo auditor apenas no planejamento da auditoria, pois, na fase de execução, deve vigorar o princípio do conservadorismo, o qual determina que qualquer distorção nas demonstrações contábeis deve conduzir a uma opinião negativa.
- (D) julgamentos sobre materialidade são feitos em termos abstratos, apartados das circunstâncias concretas envolvidas, e são afetados pela magnitude e natureza das distorções, ou pela combinação de ambos.
- (E) na avaliação da materialidade, é considerado o possível efeito de distorções sobre usuários individuais específicos, visto que suas necessidades podem variar significativamente.

41. Conforme as normas brasileiras aplicáveis ao trabalho dos auditores independentes, assinale a alternativa que apresenta a definição correta.
- (A) Evidências de auditoria – são a representação estruturada de informações financeiras históricas, incluindo divulgações, com a finalidade de informar os recursos econômicos ou as obrigações da entidade em determinada data no tempo.
 - (B) Informação contábil histórica – é a informação utilizada pelo auditor para fundamentar suas conclusões e na qual se baseia a sua opinião.
 - (C) Distorção – é a diferença entre o valor, a classificação, a apresentação ou a divulgação de uma demonstração contábil relatada e o valor, a classificação, a apresentação ou a divulgação que é exigida para que o item esteja de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.
 - (D) Ceticismo profissional – é a aplicação de treinamento, conhecimento e experiência relevantes, dentro do contexto fornecido pelas normas de auditoria, contábeis e éticas, na tomada de decisões informadas a respeito dos cursos de ação apropriados nas circunstâncias do trabalho de auditoria.
 - (E) Auditor – é a pessoa ou a organização com a responsabilidade de supervisionar, de forma geral, a direção estratégica da entidade e as obrigações relacionadas com a responsabilidade da entidade.
42. A respeito do relatório do auditor independente, assinale a alternativa correta.
- (A) São formas de expressão da opinião do auditor independente no relatório de auditoria: (i) opinião não modificada; (ii) opinião com ressalva; (iii) opinião adversativa nominal; (iv) abstenção de opinião; e (v) opinião de ênfase.
 - (B) O auditor deve expressar uma opinião adversa quando, tendo obtido evidência de auditoria apropriada e suficiente, conclui que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes, mas não generalizadas para as demonstrações contábeis.
 - (C) O auditor deve se abster de expressar uma opinião quando não é possível obter evidência apropriada e suficiente de auditoria para fundamentar sua opinião, mas ele conclui que os possíveis efeitos de distorções não detectadas sobre as demonstrações contábeis, se houver, poderiam ser relevantes, mas não generalizados.
 - (D) O auditor deve expressar uma opinião com ressalva quando não consegue obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar sua opinião e ele concluir que os possíveis efeitos de distorções não detectadas sobre as demonstrações contábeis, se houver, poderiam ser relevantes e generalizados.
 - (E) Se o auditor considera necessário chamar a atenção dos usuários para um assunto apresentado ou divulgado nas demonstrações contábeis que, segundo seu julgamento, é fundamental para o entendimento pelos usuários das demonstrações contábeis, ele deve incluir parágrafo de ênfase.
43. O princípio da legalidade em matéria tributária é essencial para a proteção do cidadão contra a expropriação injusta do seu patrimônio pelo Estado. A este respeito e com base no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.
- (A) A instituição de tributos ou a sua extinção poderão ser determinadas por decreto do Poder Executivo em situações especiais ligadas a calamidades públicas ou iminência de guerra externa.
 - (B) Somente a lei pode estabelecer a cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas.
 - (C) Não se considera majoração do tributo a modificação da sua base de cálculo, ainda que resulte em torná-lo mais oneroso, podendo ser veiculada por ato infralegal.
 - (D) Constitui majoração de tributo, sendo matéria reservada à lei, a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo.
 - (E) Tratados e convenções internacionais se sujeitam à legislação tributária interna, devendo observar a legislação nacional que lhes sobrevenha.
44. O conceito de fato gerador possui importância central no direito tributário, sendo utilizado como critério de definição da natureza jurídica do tributo. A esse respeito, é correto afirmar que
- (A) a denominação do tributo assim como a sua destinação legal são elementos constituintes do fato gerador.
 - (B) o conceito de fato gerador se confunde com o conceito de obrigação tributária, não havendo na legislação distinção entre os temas.
 - (C) a autoridade administrativa não poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador.
 - (D) a definição legal do fato gerador é interpretada abstraindo-se dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.
 - (E) o fato gerador surge com a ocorrência da obrigação principal e tem por objeto o pagamento de tributo ou a penalidade pecuniária.

45. Na definição do aspecto quantitativo da regra matriz de incidência tributária, a base de cálculo e a alíquota do tributo são determinantes. A esse respeito, assinale a alternativa correta.
- (A) As alíquotas podem ser *ad valorem* ou *ad rem*, a depender de serem consideradas em razão do valor de determinado produto ou do seu volume, isto é, da quantidade transacionada.
 - (B) A fixação da alíquota e da base de cálculo de tributo é matéria estritamente reservada à lei, não sendo possível a sua alteração por meio de decreto do chefe do Poder Executivo.
 - (C) O estabelecimento das alíquotas dos impostos de sua competência é matéria intrinsecamente ligada à autonomia dos entes federados, não comportando margens fixadas em legislação de âmbito nacional.
 - (D) As taxas podem ter base de cálculo idêntica à que corresponda a imposto, assim como ter a sua alíquota fixada por decreto.
 - (E) O erro cometido pelo sujeito passivo na determinação da alíquota aplicável, no momento do cálculo do montante do débito, não comporta restituição do tributo pago a maior.
46. A sociedade InterFlix Ltda. é empresa que atua no ramo de disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet. Considerando que os serviços prestados pela sociedade passaram a estar sujeitos ao imposto sobre serviços por decorrência de uma alteração recente na legislação do município em que os serviços são prestados, assinale a alternativa correta.
- (A) A alteração em questão na legislação municipal não terá por consequência a possibilidade de tributação dos serviços prestados pela sociedade citada, pois o fato gerador em questão não consiste na prestação de serviço.
 - (B) A situação descrita comporta apenas a modalidade de lançamento por declaração, compreendido como aquele no qual a legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa.
 - (C) Não seria possível a utilização de novos critérios de apuração ou processos de fiscalização a eventual lançamento efetuado pela administração tributária sobre o sujeito passivo na situação descrita, caso tivessem sido instituídos por legislação posterior à ocorrência do fato gerador.
 - (D) Eventual lançamento tributário realizado pela administração tributária em face do sujeito passivo na situação descrita somente poderia ser alterado em decorrência de impugnação do sujeito passivo.
 - (E) Estarão sujeitos ao imposto os fatos geradores ocorridos após a entrada em vigor da lei municipal, respeitado o princípio da anterioridade, pois o lançamento tributário reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.
47. Sobre imunidades e isenções, é correto afirmar que
- (A) não há diferenças tributárias entre imunidades, isenções e casos de não incidência, não havendo a formação do crédito tributário em qualquer dos casos.
 - (B) as imunidades tributárias consistem em casos de não incidência qualificada constitucionalmente, não se podendo falar, nesses casos, de formação do crédito tributário.
 - (C) as isenções constituem hipótese de extinção do crédito tributário, devendo-se reconhecer, portanto, que, diferentemente dos casos de não incidência, na isenção, o crédito tributário é formado e posteriormente extinto por força da legislação isentiva.
 - (D) do ponto de vista conceitual, os casos de não incidência são idênticos à situação de definição de alíquota de zero por cento para determinado tributo.
 - (E) as imunidades tributárias podem estar previstas em lei, tratados internacionais ou decretos executivos.
48. Tem sido bastante recorrente no Brasil a edição de leis contendo autorização para parcelamento e perdão de dívidas tributárias. Tais leis sofrem críticas de especialistas, pois induziriam a um comportamento oportunista por parte de devedores, conhecido por “risco moral” ou “*moral hazard*”, tornando mais difícil a arrecadação normal de tributos. Sobre as regras gerais relativas a esse tipo de legislação, assinale a alternativa correta.
- (A) Considera-se anistia a extinção do crédito tributário causada por lei que perdoa o principal da dívida de responsabilidade do contribuinte, devendo ser precedida de estudos técnicos que apontem medidas compensatórias à sua aprovação.
 - (B) Considera-se remissão a exclusão do crédito tributário decorrente de lei que, atendendo à situação econômica do sujeito passivo, cria benefício fiscal de natureza pessoal e intransferível.
 - (C) O parcelamento será concedido na forma e na condição estabelecidas em lei específica e, salvo disposição de lei em contrário, não exclui a incidência de juros e multas.
 - (D) Não é possível a edição de lei específica com a previsão de regras sobre as condições de parcelamento de créditos tributários de devedor em recuperação judicial.
 - (E) A moratória aproveita inclusive aos casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou do terceiro em benefício daquele.

49. O princípio da segurança jurídica exige a estabilização de relações jurídicas em decorrência da passagem do tempo. A respeito desse tema, é correto afirmar que

- (A) a decadência é a perda do direito à cobrança judicial do tributo por decorrência da passagem do tempo.
- (B) a prescrição, em matéria tributária, não se interrompe nem se suspende.
- (C) a decadência consiste na extinção do direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário, passados quatro anos do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- (D) a ação para a cobrança do crédito tributário prescreverá em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva, estabilizando eventual relação tributária em respeito ao princípio da segurança jurídica.
- (E) o direito tributário não contempla as noções de prescrição e de decadência, as quais tratam de fenômenos próprios do direito privado.

50. Em relação ao pagamento de tributos no Brasil, é correto afirmar que

- (A) é possível, atualmente, o pagamento de tributos em papel-moeda, moeda escritural ou até mesmo criptomoedas.
- (B) o pagamento do tributo é causa de exclusão do crédito tributário, ainda que realizado de forma parcelada.
- (C) a imposição de penalidade não ilide o pagamento integral do crédito tributário.
- (D) o crédito pago com criptomoeda somente se considera extinto com o resgate desta pelo sacado.
- (E) é vedada a consignação judicial da importância de crédito tributário pelo sujeito passivo.

51. Em um determinado exercício social, o total do Ativo da Cia. Delta representou 4/3 do total de seu Passivo. O capital total à disposição da referida sociedade no mesmo exercício montou a R\$ 1.800.000,00. Pode-se concluir que o Patrimônio Líquido da Cia. Delta, nesse exercício, equivaleu, em R\$, a

- (A) 400.000,00.
- (B) 425.000,00.
- (C) 450.000,00.
- (D) 475.000,00.
- (E) 525.000,00.

52. Observe a relação de contas transcrita a seguir.

- Caixa e Equivalente Caixa
- Tributos Diferidos
- Provisões para Assistência Técnica
- Receitas financeiras
- Juros sobre o Capital Próprio a Pagar
- Despesas administrativas
- Custo dos Produtos Vendidos
- Receitas a Apropriar
- Resultado da Equivalência Patrimonial
- Reversão de Provisões

O número de contas de resultado que consta dessa relação é

- (A) 8.
- (B) 7.
- (C) 6.
- (D) 5.
- (E) 4.

53. Os dados a seguir, em R\$, foram extraídos da escrituração contábil da Cia. Comercial Ômega, referentes ao exercício social encerrado em dezembro de 2017.

• Receita de Vendas	1.360.000,00
• Estoque Final de Mercadorias	290.000,00
• Compras efetuadas no exercício	870.000,00
• Estoque Inicial de Mercadorias	340.000,00

Na Receita de Vendas, segundo os atuais preceitos das Normas Brasileiras de Contabilidade, estão excluídos todos os impostos sobre vendas e, para as vendas de prazo superior a um ano, já foi feito o respectivo ajuste a valor presente.

O valor do lucro bruto, indicado na Demonstração do Resultado do Exercício da entidade, relativa ao exercício de 2017, em R\$, foi de

- (A) 540.000,00.
- (B) 490.000,00.
- (C) 440.000,00.
- (D) 400.000,00.
- (E) 380.000,00.

54. As participações societárias permanentes, classificadas no subgrupo Investimentos do Ativo Não Circulante, são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial quando efetuadas
- (A) em quaisquer tipos de sociedades.
 - (B) em todas as coligadas e controladas.
 - (C) nas controladas e nas coligadas em que a sociedade investidora tenha pelo menos 10% do capital social.
 - (D) em sociedades controladas, apenas.
 - (E) somente em controladas e coligadas domiciliadas no exterior.
55. Sobre as demonstrações contábeis obrigatórias, segundo a Lei das S/A e as Normas Brasileiras de Contabilidade em vigor, é correto afirmar que
- (A) as contas do Passivo no Balanço Patrimonial são apresentadas em ordem crescente de exigibilidade.
 - (B) as contas relativas a receitas e despesas antecipadas devem integrar a Demonstração do Resultado do Exercício.
 - (C) a Demonstração dos Fluxos de Caixa visa evidenciar a variação do Capital Circulante Líquido da entidade entre dois exercícios subsequentes.
 - (D) a Demonstração do Valor Adicionado tem como objetivo evidenciar a parcela do lucro líquido total auferido no exercício encerrado, que ficou retido na sociedade sob a forma de reservas de lucros.
 - (E) a Demonstração das Mutações Patrimoniais deve evidenciar os efeitos dos outros resultados abrangentes da sociedade na variação do Patrimônio Líquido entre dois exercícios subsequentes.
56. É classificada como receita de capital a receita orçamentária decorrente de
- (A) dividendos pagos por companhia da qual o ente público seja acionista.
 - (B) transferências de arrecadação de tributos efetuadas por outro ente público.
 - (C) operações de crédito, exceto as efetuadas por antecipação de receita.
 - (D) depósitos a título de caução efetuados por sociedades que participam de processo de licitação.
 - (E) juros sobre a dívida ativa do ente público.
57. Observe os dados extraídos da contabilidade de um ente federado no exercício social findo em 31.12.2017, em R\$.
- | | |
|--|------------|
| • Despesas orçamentárias empenhadas no exercício | 840.000,00 |
| • Despesas de exercícios anteriores | 33.000,00 |
| • Despesas liquidadas no exercício | 580.000,00 |
| • Despesas orçamentárias pagas no exercício | 510.000,00 |
| • Restos a pagar pagos no exercício | 42.000,00 |
- É correto afirmar que o total de restos a pagar não processados no exercício de 2017 dessa unidade federada equivaleram, em R\$, a
- (A) 9.000,00.
 - (B) 70.000,00.
 - (C) 103.000,00.
 - (D) 260.000,00.
 - (E) 330.000,00.
58. Em relação às licitações do setor público, reguladas pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, é correto afirmar que
- (A) é vedado aos agentes públicos estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra, entre empresas brasileiras e estrangeiras, sem quaisquer ressalvas.
 - (B) poderá participar da licitação o autor do projeto, básico ou executivo, seja pessoa física ou jurídica, devido à sua notória habilitação para o desenvolvimento da obra ou serviço correspondente.
 - (C) a alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, desde que sejam bens imóveis, não precisará ser precedida de avaliação prévia nem de autorização legislativa.
 - (D) é obrigatória, para a consecução de obras e serviços de engenharia, a utilização da modalidade de licitação denominada concorrência, qualquer que seja o valor estimado da empreitada.
 - (E) é permitido estabelecer margem de preferência para bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

59. Do Balanço Financeiro de um determinado município, foram extraídas as seguintes informações, em R\$:

• Receita Orçamentária	1.800.000,00
• Pagamentos Extraorçamentários	280.000,00
• Transferências Financeiras Concedidas	150.000,00
• Recebimentos Extraorçamentários	320.000,00
• Transferências Financeiras Recebidas	110.000,00

Sabendo-se que o Resultado Financeiro positivo apurado no referido demonstrativo equivaleu a R\$ 320.000,00, o valor da Despesa Orçamentária do município, nesse exercício, em R\$, foi de

- (A) 1.480.000,00.
- (B) 1.520.000,00.
- (C) 1.700.000,00.
- (D) 2.050.000,00.
- (E) 2.230.000,00.

60. As seguintes operações foram registradas na contabilidade de um determinado ente federado no exercício social em curso:

• Arrecadação de tributos	R\$ 300.000,00
• Alienação de imóveis	R\$ 250.000,00
• Recursos obtidos em operações de crédito	R\$ 120.000,00
• Despesas com pessoal	R\$ 165.000,00
• Despesas com aluguéis de imóveis	R\$ 80.000,00
• Outras despesas de custeio	R\$ 90.000,00
• Amortização da dívida ativa	R\$ 50.000,00
• Amortização da dívida pública interna	R\$ 95.000,00
• Juros e outros encargos sobre a dívida ativa	R\$ 18.000,00
• Juros e outros encargos sobre a dívida pública interna	R\$ 33.000,00
• Receita Patrimonial	R\$ 10.000,00

Na alienação de imóveis, foi obtido um ganho de capital de R\$ 25.000,00. Considerando-se APENAS essas operações descritas, o resultado patrimonial do exercício foi

- (A) aumentado em R\$ 25.000,00.
- (B) aumentado em R\$ 10.000,00.
- (C) diminuído em R\$ 5.000,00.
- (D) diminuído em R\$ 15.000,00.
- (E) diminuído em R\$ 20.000,00.

